

COMANDO ESTADUAL DE MOBILIZAÇÃO
e organizações parceiras

f /campanhasalarialtjsp2023

@ /campanhasalarialtjsp.2023

COM CONSCIÊNCIA E MOBILIZAÇÃO, SEGUIREMOS JUNTOS NA AFIRMAÇÃO DO DIREITO E DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO. VAMOS JUNTOS À ASSEMBLEIA.

O ano de 2022 marcou o início da nova gestão da Corte para o Biênio 2022/2023, tendo como presidente o Desembargador Ricardo Mair Anafe. Em entrevistas, Anafe sempre destacou a preocupação com a eficiência do TJSP, traduzida como aumento da produtividade em decorrência da otimização dos recursos disponíveis, bem como defendeu a criação de cargos para nomeação do 5º assistente. Logo após a posse, ao ser solicitado a deixar uma mensagem aos servidores e questionado quanto à

perspectiva de recomposição salarial, o presidente respondeu de forma evasiva informando que havia sido solicitado um incremento ao orçamento, e que o pleito estava em discussão. Finalizou dizendo "O tribunal é o que é graças a seus servidores, temos juizes e desembargadores, mas essa **engrenagem** toda não funcionaria se não fosse os nossos servidores. O áudio completo pode ser acessado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=dOLFL-jWEIM&t=276s>.

ASSEMBLEIA GERAL 14/6, 13h, Pça J. Mendes

O recurso de nomear os servidores como parte da "engrenagem" da instituição, aliado ao discurso da eficiência e da produtividade vem mostrando seus efeitos no tratamento desigual entre servidores e magistrados, situação que atende ao propósito de invisibilizar o trabalho humano em suas contradições, reduzindo a força de trabalho a uma mera ferramenta da gestão administrativa.

Assim, a estratégia de silenciar os trabalhadores e desprezar as pautas que solicitam melhores condições de trabalho e recomposição salarial tem sido uma conduta deliberada da atual gestão que permanece inerte ao clamor dos servidores por negociação. Foram inúmeras as vezes em que as entidades representativas das categorias que compõe o Judiciário protocolaram pedidos de reunião para abertura de diálogo e negociação.

E sucessivamente temos sido tratados com notório desprezo e desrespeito pela Corte, situação que eleva a insatisfação e o sentimento de indignação entre os trabalhadores.

Importante destacar que por trás do discurso de alta eficiência e celeridade do Tribunal de Justiça de São Paulo existe um conjunto de servidores cada dia mais reduzido (há 11.412 cargos vagos no TJSP)¹ e que sofre com o aumento da sobrecarga de trabalho em detrimento da implantação de ferramentas tecnológicas que impõe critérios de produtividade que atendem apenas aos interesses de uma máquina administrativa perversa que oprime alguns e privilegia outros.

Sabemos que no ano de 2023 o TJSP recebeu um orçamento de mais de 15 bilhões (o maior

orçamento da história) com incremento de mais de 2 bilhões em relação ao ano de 2022. Contudo, mesmo com recursos disponíveis a atual presidência do TJSP se nega a atender as reivindicações do conjunto de servidores, recusando qualquer possibilidade de diálogo com as entidades representativas.

Aliado ao maior orçamento da história da Corte, estima-se que a disseminação do trabalho remoto, aliado a alterações no horário de funcionamentos dos Fóruns resultaram em economia de R\$ 2,4 milhões ao mês ao TJSP. Em reportagem publicada no portal Conjur no dia 02/08/2022, o presidente do TJSP, desembargador Ricardo Mair Anafe, destacou que a medida amplamente disseminada durante a pandemia não afetou a produtividade, que se mantinha "elevadíssima".

Resta saber ao custo de quem a produtividade vem sendo mantida em patamares elevados sem que haja qualquer contrapartida aos servidores, que tem que dispendir às suas próprias expensas o custo efetivo da atividade desenvolvida (despesas de energia, internet, equipamentos de informática, além da preocupação com móveis que atendam aos critérios de ergonomia e saúde ocupacional). Tal condição constitui uma exigência do Tribunal para a adesão ao trabalho remoto, responsabilizando unicamente o servidor pelas condições de exercê-lo no ambiente doméstico.

PORÉM, temos aí uma questão que tem sido pouco discutida, e que se refere à diferenciação que se dá entre quem tem meios para adquirir computadores, periféricos e pacotes de internet mais caros/sofisticados (capazes de maior “eficiência” e “produtividade”), e o trabalhador que se utiliza a duras penas do que possui e do que pode, em função de sua situação de sobrevivência individual/familiar. Outra questão que se apresenta no cenário de transposição do trabalho ao ambiente doméstico se relaciona a sobrecarga de atividades e funções executadas pelas mulheres trabalhadoras, as quais representam mais de 50% dos servidores do judiciário, o que constitui um tema que não pode ser negligenciado pelo TJSP.

Nas últimas décadas, temos sofrido perdas de direitos que conquistamos historicamente por meio de movimento e organização da luta.

Vejam os:

A introdução da **Plataforma Digital de Trabalho “SAJ TJSP 24/7”**, cujo funcionamento é ininterrupto, ou seja, plataforma aberta para a execução dos trabalhos judiciais durante as 24 horas do dia, nos 7 dias da semana e ao longo de todo ano, são máquinas poderosas e violentas de exploração e submissão de nossa força de trabalho, de nossos corpos e de nossos sentidos, de quase todo nosso tempo de vida: é como se estivéssemos atados a essa maquinaria, constituindo partes, pedaços, extensões,



NÃO PODEMOS ACEITAR PASSIVAMENTE AOS ATAQUES CONSTANTES E AO DESRESPEITO

Só para exemplificar, nos últimos 2 anos tivemos perdas relacionadas a: mudanças na alíquota de desconto previdenciário e no percentual de desconto do IAMSPE, extinção das abonadas, suspensão do Instituto da Remoção, suspensão na contagem de tempo (licença prêmio, quinquênios), extinção do banco de horas e horário de estudante,

mudança no horário de reposição de horas, alteração nos horários de funcionamento do Fórum que impactaram significativamente a vida e exigiram um processo de readaptação, e ainda estamos acumulando perdas sucessivas no poder aquisitivo devido a falta de recomposição salarial (31,82%), situação que tem representado maior endividamento das famílias. Não podemos perder de vista que está sendo articulada na esfera legislativa a proposta de reforma administrativa que inevitavelmente trará repercussões significativas ao conjunto dos servidores do Estado de São Paulo.

As mudanças advindas com a implantação de ferramentas tecnológicas no âmbito do TJSP (MAIOR TRIBUNAL DO MUNDO) vêm impondo a flexibilização e otimização do trabalho por meio da fragmentação, superexploração, precarização e adoecimento dos servidores. É necessário observar como esta realidade tem se apresentado em nosso cotidiano.

engrenagens dela. Quanto sofrimento calado, silenciado, quanto adoecimento isso tudo produz, enquanto produzimos mais e mais para correr atrás das metas impossíveis de “produção e produtividade” fixadas, e pressionados pelo aparato digital de controle e disciplina que nos cerca e nos atravessa.

Um sistema digital disponível 24 horas, 7 dias

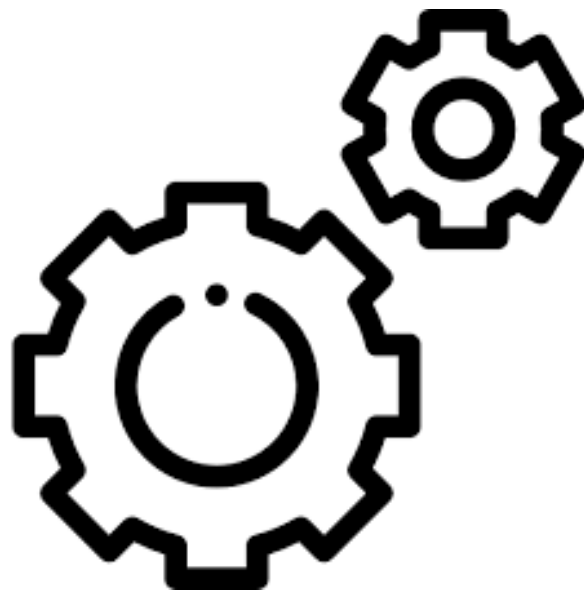
por semana, gera uma demanda invencível de trabalho, sendo que em contrapartida o TJSP tem a sua disposição um conjunto flexível de funcionários capaz da realização do trabalho que lhes compete,

para além dos limites fixados no contrato salarial, correspondente a uma jornada diária de 8 horas, e o salário equivalente a essa jornada. Muitos funcionários realizam jornadas de trabalho superiores à “jornada salarial” das 9h às 17h (8 horas/dia), isto é, trabalham, em acréscimo, durante os períodos da noite, madrugada, aos finais de semana, durante os feriados, períodos de recesso, pois o sistema está sempre aberto, o SAJ TJSP 24/7 não fecha. As horas extras trabalhadas são horas não-remuneradas, nem sequer são contabilizadas para fins de horas credoras, ou seja, não representam custo trabalhista algum para o TJSP; trata-se pois de tempo de trabalho gratuito, não-remunerado, o que significa DESMANCHE DA JORNADA E DO SALÁRIO, e assim, REDUÇÃO REAL DE SALÁRIOS em razão do TEMPO GRATUITO ENTREGUE AO TRIBUNAL (pergunta: quanto o TJSP economiza com o não-pagamento das horas extras e em períodos de trabalho noturno, madrugada,

finais de semana, feriados?). Será preciso lembrar que a somatória do imenso conjunto de horas extraordinárias entregues sem-remuneração e/ou custas trabalhistas ao TJSP, representam postos de trabalho (cargos vagos/cargos novos) que jamais serão preenchidos, logo, todo esse tempo extra e gratuito contribui de modo decisivo para a NÃO CONTRATAÇÃO DE NOVOS TRABALHADORES, e ainda faz com que se mantenha e reforce os tirânicos SISTEMAS DE METAS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE. Sistemas tirânicos de metas de produção e produtividade que reforçam os tradicionais e os novos (digitais) instrumentos de ASSÉDIO MORAL, que recaem sobre o funcionário individual e sobre o coletivo de trabalhadores, produzindo cenários e quadros de sofrimento e adoecimento físico e emocional, cujas consequências e seqüelas são e serão sempre graves e muito graves, para os trabalhadores e seus familiares.

No **caso dos Oficiais de Justiça**, o advento das centrais compartilhadas, foi planejado ao longo dos anos, mas foi implementado de forma abrupta e desorganizada, causando caos e excesso de trabalho em muitas centrais! Tentou-se solucionar o problema de forma precária, remanejando compulsoriamente alguns Oficiais, o que não resolve o problema de 14 anos sem concurso! Há Centrais em que os Oficiais de Justiça recebem em média 400 mandados, mas não conseguem dar uma sequência mínima, devido ao excesso de "urgente", audiências designadas com data próxima a expedição do mandado e urgentes; plantões, medidas protetivas urgentes, réu preso; dentre outras situações que representam uma quantidade enorme de "exceções" e prazos no meio do caminho.

No **caso das UPJs** (Unidade de Processamento Judicial) também nomeada como “Cartório do Futuro”, é apresentada pelo TJSP como uma medida “inovadora”, contudo o que se verifica é a imposição de um sistema de funcionamento ininterrupto, local onde trabalhadores são pressionados, vigiados, assediados e constrangidos em função dos volumes insanos de trabalho. Ao unificar diferentes Cartórios, a UPJ recebe uma quantidade invencível de processos, fragmentando a realização do trabalho na unidade e gerando em contrapartida uma competição pelo alcance de produtividade que apenas adocece os trabalhadores. Em contrapartida, os gabinetes dos Juízes não são diretamente afetados pois recebem “reforço” de um quadro funcional já deficitário, contribuindo para reprodução da exploração.



No **caso das equipes técnicas** (assistentes sociais e psicólogos/os), têm como atribuição a realização de estudos sociais e psicológicos como subsídios às decisões judiciais em ações nas Varas de Infância e Juventude, Varas de

Família, Vara Especial (na capital) e Varas da Violência Doméstica. Para o exercício de suas funções de forma que as necessidades da população atendida e a capacidade de atendimento estejam equilibradas, faz-se necessário

que o quantitativo de profissionais em cada Foro seja condizente com a demanda processada, evitando-se que seja determinada a acumulação de exercício em mais de uma comarca e o desgaste físico e mental. Entretanto, o que ocorre

no Tribunal de Justiça de São Paulo, há muitos anos, é totalmente o oposto. Já de pronto, não há informação quanto ao exato número de vagas destinados a assistentes sociais e psicólogos em cada Foro, posto que a instituição adota o critério de vagas em totalidade (ou seja, pertencentes ao TJ) e não por comarca/Foro - o que permitiria adequá-las não apenas ao coeficiente populacional de cada local, mas também levando-se em conta respectivos índices de desenvolvimento humano (IDH), vez que impactam diretamente na forma como as pessoas vivenciam as situações judicializadas, sobretudo aquelas

das quais promotores/juízes requerem/determinam avaliações sociais e psicológicas. Nos últimos anos ocorreram mudanças significativas nas atribuições das equipes exigindo a atuação em diferentes frentes de atendimento, sendo que o prazo exigido para cumprimento nem sempre corresponde a condição concreta para a execução do trabalho. Neste cenário, os profissionais são constantemente pressionados a dar conta de uma realidade complexa e de situações urgentes que muitas vezes atravessam as agendas regulares de trabalho. Tratando-se de categorias geralmente desconsideradas em suas

especificidades pelo TJSP - inclusive quanto às suas funções, atribuições e competências - o Serviço Social e a Psicologia na referida instituição têm vivenciado a precarização de suas condições de trabalho, que se reverte em prejuízos importantes à saúde física e mental de seus profissionais, fato que se pode mensurar pela quantidade de licenças-médicas, solicitações de atendimento ao Serviço Psicossocial Clínico e nos conhecidos (e desconhecidos) casos em que os técnicos continuam atuando somente por força de suporte medicamentoso.

Ao falarmos da realidade de trabalho no TJSP não podemos deixar de apontar que apesar da abertura de vagas para concursos públicos, o número de cargos preenchidos é sempre aquém da necessidade. Temos observado um movimento de alta rotatividade das pessoas que ingressam e passado algum tempo depois exoneram do cargo. Esta realidade vem expondo a incapacidade do TJSP em fomentar a permanência e ampliação do quadro funcional. Outra questão que se faz premente na análise do ingresso de novos servidores é a forma como tem se desenvolvido a adoção das cotas sociais e raciais no concurso público, visto que a composição dos servidores do TJSP é constituída majoritariamente de pessoas brancas, situação que contribui com as marcas do racismo estrutural.

Ademais, como conjunto de trabalhadores também devemos problematizar o crescimento das terceirizações no TJSP, visto que desconhecemos



inteiramente a quantidade e o valor dos contratos e sobre a idoneidade e expertise das empresas que concorrem e vencem as licitações. No que tange a esta questão, nos solidarizamos com os trabalhadores contratados dos setores de limpeza, manutenção, vigilância, que tem sofrido políticas perversas de exploração do trabalho. Recentemente tomamos conhecimento do não-pagamento dos salários por uma parcela dos trabalhadores de limpeza terceirizados, sem que haja qualquer responsabilização do TJSP na fiscalização e cumprimento dos contratos.

Todas as questões aqui problematizadas mostram que somente por meio da luta é que podemos alcançar as reivindicações do conjunto das categorias que compõem os trabalhadores do TJSP.

Participe das assembleias, circule as informações, problematize, questione e dialogue com os colegas em seu local de trabalho. Nossa ferramenta de mobilização é a comunicação.

***Abrem-se portas e janelas
todos os dias, saem das casas corpos
educados que voltam sempre
e dizem sim aos ladrões que os ameaçam.***

(Mário Montanha T. Filho)

**VAMOS JUNTOS DAR UM RECADO AO TJSP
SOMOS MUITOS E QUEREMOS RESPEITO
ASSEMBLEIA DIA 14/6, 13h, na Pça J. Mendes**

Lute!

